

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



PRIMAZIA EDUCACIONAL NA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

Autor(es)

Thiago Luiz Sartori
Gerson Messias Albim Nogueira
Geraldo De Moura Xavier
Hellen Beatriz Da Silva Mendes

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

O ensino no ambiente carcerário, é de primordial importância para a reintegração do apenado entre si, e no futuro a sua ressocialização. É primaz a vontade do apenado em participar da formação educacional como a segunda oportunidade de reconstruir a sua vida, de forma produtiva e consciente. Para tanto, é necessário organizar uma turma homogênia de conhecimento, para que não destoe muito uns dos outros, impedindo o aprendizado. É importante a análise do nível de escolaridade, as limitações prisionais, com uso de estratégias eficientes e humanas. É um tema de grande relevância social, assim como acadêmica, visa oferecer subsídio para a formação de políticas públicas mais eficazes. O estímulo a leitura educativa que agregue valores positivos, com instalação de biblioteca portátil, que percorra todas as áreas prisionais.

Objetivo

O objetivo é realizar uma análise do ensino educacional no sistema prisional como método de valorização social, profissional, capaz de mitigar os fatos de violências e criminalidade, com políticas públicas, alinhadas ao costume e ao compromisso internacionais, cruciais no empoderamento e fortalecimento da dignidade humana e sua reintegração numa sociedade mais justa e inclusa.

Material e Métodos

Efetuamos pesquisa bibliográfica, em artigos científicos sobre o tema, como estratégia metodológica para investigar a importância da educação no contexto prisional, focado na ressocialização do apenado em regime fechado prisional.

Dentre as regras mínimas das Nações Unidas temos a conhecida Regra de Mandela, com objetivo de estabelecer padrões mínimos no ambiente global, um direito alienável e essencial para a reabilitação e reintegração do apenado.

A abordagem qualitativa, permitiu uma interpretação crítica dos dados e identificado os padrões, conceitos em relação também ao professor aluno e aos processos educativos empregados na ressocialização. Isso possibilita uma visão mais ampla da prática pedagógica e suas implicações no desenvolvimento e aprimoramento do aprendizado do apenado, favorecendo a uma reflexão crítica na prática avaliativa e nas políticas educacionais.

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Resultados e Discussão

A educação profissionalizante prisional, é um meio fundamental para a ressocialização e um instrumento eficaz ao apenado, essencial para a sua reintegração a sociedade. (Lei nº7.210 de 11 de julho de 1984) (Brasil,1984).

A Constituição Federal, no artigo 205 – define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com objetivo de desenvolvimento intelectual do indivíduo, preparo para a educação da cidadania e qualificação para o trabalho.

O direito de uma educação de qualidade é essencial para o alicerce de formação do indivíduo e o reintegra a sociedade, promovendo o desenvolvimento e cidadania.

A educação prisional, corrobora para enriquecimento de valores culturais, morais e para o desenvolvimento da identidade e dignidade humana, sendo portanto uma ferramenta de valor na mudança fundamental para a reconstrução e reintegração na vida desde afetiva como social do apenado.

Conclusão

A educação prisional, portanto, é uma estratégia extraordinária para a aquisição de conhecimento formal, assim como promove o desenvolvimento sociocultural do apenado, capacita-o a reconstruir a sua identidade e o reintegra a sociedade de maneira produtiva e consciente, superando o contraditório entre o punir e reintegrar, transformando o ambiente punitivo em um ambiente de reabilitação e crescimento interpessoal, intelectual.

Referências

BRASIL, Lei nº 7,210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diario Oficial da União., Brasilia ,DF, 1984

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) Rio de Janeiro: DP & A,2003

MAGNOBOSCO,Danielle, Sistema Penitenciário Brasileiro: aspectos sociológicos, Brasilia, 2004:Disponível em: <http://doutrina/texto.asp?id=1010>,Acesso em: 20 abr.2024.

ONOFRE,Elenice Maria Cammarosano,, Educação entre grades.São Carlos,EdUFSCar,2007.

TEIXEIRA,José Carlos Pinheiros. O papel da educação como programa de reinserção social, para jovens e adultos privados de liberdade. Prespectiva e avanços. Salto Para o Futuro.TV Escola. Boletim 06 mai.2007. Acesso 20 abr.2024.